

MEMÓRIAS  
DA  
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE  
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLVI



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

LISBOA • 2024

MEMÓRIAS  
DA  
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE  
LISBOA

---

O presente tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Letras* reúne as comunicações apresentadas nas sessões académicas da Classe de Letras no ano de 2018.

---

*Título:* Memórias da Academia das Ciências de Lisboa  
Classe de Letras  
Tomo XLVI

*Edição:* Academia das Ciências de Lisboa

*Impressão:* Gráfica 99

*Data de impressão:* 2024

*ISSN:* 0378-116X

*Depósito legal:* 61370/92

*DOI:* <https://doi.org/00000>

# Brexit e a Europa decadente

PAULO DE PITTA E CUNHA<sup>†</sup>

1. Foi surpreendente a vitória, no referendo de 23 de Junho de 2016, da posição favorável à saída do Reino Unido (“Brexit”).

Embora esse país usufruísse de importantes exclusões no seio da União Europeia, e não tivesse sido submetido a políticas de austeridade impostas por Bruxelas (ao invés do que se passou com diversos Estados-membros da zona Euro), nele se terá formado uma visão negativa da União e das suas instituições: excesso de burocracia; deficiência democrática; política errada de imigração; interferências incómodas na vida quotidiana dos países; impulso federalista e limitação de poderes soberanos.

É estranho, todavia, que a balança não tenha pendido para o lado do “remain”, atento o risco de perda da Escócia e conseqüente desmembramento do Reino Unido, e até a reacção emocional suscitada, escassos dias antes do referendo, pelo assassinio de uma parlamentar, estrénuo defensora da causa da permanência.

Dir-se-ia que uma parte muito considerável da opinião pública britânica já tinha formado aprioristicamente um juízo negativo sobre a pertença à União, a tal ponto de não a demoverem nem considerações ligadas ao enorme abalo que seria o desmembramento do país, nem a momentânea comoção causada pelo funesto acontecimento.

Ora, o Reino Unido permanecera na União Europeia (contando com a fase da CEE) mais de quatro décadas, sem que até então se tenham formalizado, após o referendo de 1975 (de que resultou uma folgada maioria do lado do “remain”), novas hipóteses de saída.

2. O problema em torno do risco de aceitação da emigração em massa de refugiados dos países em guerra no Médio Oriente não era ainda tão absorvente como hoje. O espectro da migração maciça proveniente da Síria, do Iraque e do Norte de África só agora principiava a agitar-se, sem que o Reino Unido se identificasse, de perto ou de longe, com a ultragenerosidade da posição inicial da Chanceler Angela Merkel.

Na campanha que antecedeu o referendo de 23 de Junho de 2016, o lado favorável ao “Brexit” fixou-se em argumentos vagos e pouco consistentes, mas susceptíveis de impressionar o cidadão comum, como o respeitante à recuperação da independência, e alegou que o modo de vida dos cidadãos seria gravemente afectado pela permanência na União. Mas não foi por acaso que a campanha do “Brexit” se centrou na invocação do pavor da imigração descontrolada.

Por outro lado, os defensores do “remain” pecaram por falta de convicção, e por se terem praticamente limitado a invocar os malefícios da saída, em vez de abordarem, pela positiva, as vantagens da permanência britânica e os méritos da União — que também os tem, não obstante serem conhecidas as suas deficiências, e se ter tornado visível o declínio do seu projecto.

Enquanto, do lado do “remain”, os protagonistas se mostraram, embora em medida diferente, pouco convincentes, já o líder do “United Kingdom Independence Party” e os seus principais apoiantes se desdobraram em exageros, não fugindo mesmo a falsos exemplos, na argumentação favorável ao “Brexit”.

Foi neste contexto de impreparação e de desigualdade na veemência posta na defesa das posições de um lado e de outro que o referendo se realizou, com os resultados que se conhecem, e que desde já deixam antever sérios problemas para a economia britânica, designadamente pelo êxodo de empresas para o Continente, e para a própria integridade territorial do Reino Unido, para não falar nos efeitos, decerto da maior importância, desta primeira quebra da irreversibilidade da construção europeia (não é relevante a invocação do anterior exemplo da saída da Gronelândia, mera dependência da Dinamarca).

3. Até então, as hipóteses de “exit” convergiam num país periférico — a Grécia — e, o que é mais importante, reportavam-se unicamente à saída da zona euro. Agora, a situação é abissalmente mais grave, porque a saída já está decidida, diz respeito a um grande país central, e traduz-se na retirada da própria União Europeia.

Não pode, pois, comparar-se o que poderia ter sido o “Grexit” com o que será o “Brexit”, que vem provocar um abalo fortíssimo na construção europeia.

Era convicção quase generalizada que o “Brexit” não venceria, pois o Reino Unido já tinha o conforto de usufruir de situações de excepção da maior relevância: a não presença na zona euro, a não participação no acordo de abolição dos

controles nas fronteiras internas, a devolução de parte do contributo nacional para o orçamento da União, a participação limitada em aspectos políticos relevantes, acrescentando, ainda por cima, os compromissos adicionais à última hora conferidos por Bruxelas.

Depois, o Reino Unido extraía manifesto proveito do mercado único, sobretudo quanto à ausência de barreiras ao comércio, e continuava a deter a preeminência da City como centro financeiro.

Os argumentos sólidos pró-“remain” não terão sido suficientemente esgrimidos na campanha para o referendo. Já as razões do lado do “Brexit” parecem muito mais dúbias e emocionais, como é o caso do apregoado retorno da soberania do país, desde logo com a relatividade de este ter perdido (a par dos outros grandes Estados europeus) o estatuto de verdadeira grande potência a nível mundial.

4. Por outro lado, sendo certo que as elites britânicas e, de um modo geral, a área de Londres e a Escócia votaram a favor do “remain”, verificou-se não ter sido ampla a margem alcançada na votação (52% pela saída contra 48% pela permanência).

Estará a população em geral devidamente informada e em condições de apreciar e decidir, em seca aprovação ou rejeição, sobre questões de alta complexidade de que podia depender o destino do seu país?

Quase se poderia dizer que, para clarificar o sentido da vontade popular, seria de inserir no regime destes referendos uma regra segundo a qual, para sua validação, se deveria registar uma distância razoável entre o sim e o não (por exemplo, pelo menos uma diferença de 10 pontos)...

A precipitação que houve na consecução dos variados alargamentos veio agravar, sem dúvida, a heterogeneidade da União e acentuar a propensão burocrática de Bruxelas, ao mesmo tempo que se tornava notória a incapacidade de se superarem em definitivo crises como a das dívidas soberanas e a das migrações, e de se contrariar a atonia revelada pelos indicadores económicos.

Por outro lado, cabe lembrar o sinuoso percurso que culminou com a aprovação de Tratados europeus (como Maastricht e Lisboa), marcado por referendos de rejeição por parte de certos países, depois “corrigidos” por referendos de aprovação, chegando a pensar-se que havia o propósito de repetir a consulta tantas vezes quantas as necessárias para se chegar ao resultado pretendido...

5. Se eram tão consideráveis as vantagens especiais que conferiam ao Reino Unido uma posição singular quando comparadas com o envolvimento no processo dos outros países membros, mais estranha se afigura a negativa que decorreu do referendo. O que seria de esperar da consulta ao eleitorado não era sequer a situação de empate evidenciada nas últimas sondagens, nos dias que precederam de imediato o referendo, mas uma folga mais apreciável a favor dos defensores da permanência.

Neste circunstancialismo, o triunfo do “Brexit”, embora por margem escassa, não deixa de reflectir o mal-estar com que na Europa continental, e no Reino Unido em particular, se vai acompanhando o comportamento das instituições de Bruxelas. A decisão de se recorrer ao referendo foi infeliz e inoportuna, tendo sido desencadeada em 2013 por um primeiro-ministro desempenhando o papel de aprendiz de feiticeiro...

6. É indispensável extrair-se deste tão grave incidente a urgente necessidade de se repensarem os objectivos, a estrutura e os modos de funcionamento das instituições europeias. Sem isto, poderia vir a produzir-se o temido “efeito de dominó” e avizinhar-se a perspectiva de desagregação da própria construção europeia.

No caso presente, não se trata, como nos casos já citados, de mais um Tratado europeu, mas (o que é bem mais sério) da amputação à União Europeia de um dos seus membros — aliás, um dos mais antigos, ainda que não fundador, e fazendo parte do pequeno núcleo dos grandes países da Europa: a segunda maior economia e a primeira força militar da União, a condição de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a titularidade originária do idioma que hoje assume a dimensão de língua franca no contexto mundial...

O pano de fundo do referendo britânico foi, sem dúvida, particularmente negativo: uma Europa em declínio, quer pela estagnação económica, quer pela diminuição de influência na política mundial, e assoberbada por questões persistentes, desde a gestão da vaga de refugiados aos desequilíbrios no interior da zona euro e ao reforço da segurança perante a nova barbárie, até à ameaça do populismo de partidos anti-europeus xenófobos surgidos nos dois extremos do espectro partidário e, em certos casos, já alastrando para o cerne da política.

Não existindo norma que instigue à repetição dos referendos em busca de uma solução com que o lado vencido não se conforma, dificilmente se

compreenderia que, no caso presente, se enveredasse por tal caminho, pelo menos nos tempos mais próximos, e por muito que se tenham congregado milhões de assinaturas que, traduzindo posições contrárias à rejeição, se arvoraram em portadoras de um pedido imediato de novo referendo.

7. O Brexit é de tal gravidade que, com a eventual separação da Escócia, que votou com ampla maioria contra a saída, deixaria, em bom rigor, de se poder continuar a falar da Grã-Bretanha como entidade política, e poderia mesmo interrogar-se se se justificaria a manutenção da expressão Reino Unido, agora reduzido à Inglaterra e aos seus pequenos apêndices de Gales e do Ulster (e, ainda assim, no pressuposto de que o último não acabasse por se fundir com a República da Irlanda...).

Com pena, reconhecemos que não terá existido, atento o acumular de acontecimentos que culminou com o Brexit, outro caso em que tenha sido tão vertiginoso o declínio de um projecto e tão incerto o seu destino. Como se lia no “Le Monde”, a propósito do referendo, “La Grande-Bretagne est une île à la dérive”. Esperemos que a situação não venha a alargar-se ao contexto continental.

8. O abalo causado pela decisão a favor do Brexit não pode ser minimizado. Embora fosse conhecido o nivelamento tendencial das posições, é visível que o resultado do referendo constituiu, para a maior parte dos observadores, uma verdadeira surpresa.

O Reino Unido tinha passado por outro referendo, realizado pouco depois da adesão, que fora positivo quanto à permanência. Uma vez dentro da União, procurara rodear-se de soluções que lhe permitissem eximir-se aos impulsos federais da construção: foi assim a excepção consagrada quanto ao regime da moeda única e a exclusão do sistema de Schengen, a isto acrescentando o produto das negociações do início de 2016, com realce para o afastamento do lema da “ever closer union”.

Ora, a despeito de tudo isto, o eleitorado britânico, mais de quarenta anos depois do ingresso do país na União, pronunciou-se a favor da saída.

É certo que o pano de fundo sobre que decorre a integração não tem os aliantes dos períodos iniciais. As crises acumulam-se, desde a das dívidas soberanas à das migrações mediterrânicas, e torna-se visível o entorpecimento do projecto.

Mas o Reino Unido poderia ter permanecido, e aproveitando, aliás, o momentâneo congelamento do motor franco-alemão, tentado uma aproximação aos países exteriores ao núcleo, ganhando uma marcada posição de influência nas negociações intra-europeias e na projecção exterior da União. Mais difícil será agora recuperar, ou alcançar, uma irradiação mundial, atenta a sua mediania relativa como potência no plano das relações internacionais.

9. Torna-se, agora, mais do que nunca indispensável um esforço de recuperação do adormecido ideal europeu, o qual só será conseguido quando os cidadãos se compenetrarem que da integração dimanam efeitos positivos no plano concreto das suas condições de vida.

Assim se poderá inclusivamente contrariar a ascensão dos partidos populistas anti-europeus, que representam um gravíssimo obstáculo à integração, como foi o caso, no Reino Unido, do UKIP, impulsionando a vitória no referendo — para depois, algo paradoxalmente, ter entrado em declínio.

10. Cabe saber se entre os restantes membros da União existe o mínimo de aceitação do processo de integração europeia, mesmo não comportando esta os traços de federalismo que tiveram voga no passado. Ora, aí é que se avolumam as sombras, em particular provenientes de países do Leste europeu, como a Hungria e a Polónia (ofensa de valores fundamentais da União), e agora adensadas no caso da Itália. A questão da soberania tende a tomar de novo o ascendente que parecia perdido, e está a faltar o “élan” para o desenvolvimento de um projecto comum.

A insuficiência do crescimento das economias e o mal-estar social em certos sectores não se mostram propícias a uma reviravolta das opiniões públicas no sentido da aceitação de uma integração mais profunda.

Estaremos, em suma, poucos anos depois da afirmação do auge e da pujança do processo europeu, a assistir à decadência da Europa? Há elementos que jogam nesse sentido: por agora, infelizmente, nada permite antecipar a configuração próxima de um renascimento do projecto. Está a faltar um golpe de asa por parte de novos líderes políticos que, conscientes do que se joga, saibam incitar as opiniões públicas a superar o actual cepticismo quanto aos valores europeus, resgatando o projecto a imerecido e inglório destino. Talvez que o resultado das eleições presidenciais francesas de Maio de 2017, conjugado com o da votação de Setembro do mesmo ano na Alemanha, possa abrir caminho para que seja dado novo ânimo ao projecto europeu.

11. O populismo explora o descontentamento das camadas de eleitores que não foram beneficiadas pela globalização, advogando uma inversão das políticas tradicionais e oferecendo soluções radicais, envolvendo a recuperação da soberania perdida e detendo as vagas de imigrantes, que prejudicariam o emprego dos nacionais. A xenofobia, o proteccionismo e o ultranacionalismo estão subjacentes ao fenómeno.

Em diversos países, destronando ou desnaturando o programa dos partidos políticos tradicionais, os populistas ou visam tomar o poder ou, sob diversas formas, já o terão conseguido (eleição de Trump nos Estados Unidos, com sérias consequências para a Europa; vitória do Cinco Estrelas e da Liga na Itália).

Ora, no caso do Reino Unido, o fenómeno do populismo não se traduziu, até agora, na pretensão de ascensão ao poder de partidos com essa orientação. Mas parece claro que o triunfo do “não” no referendo de 23 de junho de 2016 reflecte, em boa medida, tal fenómeno.

Como se disse, o referendo levou à decisão de abandono da União por 52% dos votos. Na Escócia e na Irlanda do Norte ganhou, ao invés, a posição favorável à permanência: 62% e 56%, respectivamente. Nos termos da Lei agora promulgada, que marca a irreversibilidade do processo, a saída do Reino Unido efectivar-se-á em 29 de Março de 2019. As negociações em curso continuarão a concentrar-se no conteúdo da fase transitória que, em princípio, se seguirá àquela data.

Subjacente às conversações que se desenrolam com Bruxelas existe, no interior do Reino Unido, o problema dos conflitos entre os defensores de um “hard Brexit”, envolvendo o afastamento em relação à união aduaneira e ao mercado interno da União, e os partidários de soluções mais brandas (“soft Brexit”), que permitissem inclusivamente resolver a difícil questão à volta das fronteiras entre as duas Irlandas. Tal a complexa situação que persiste, enquanto se vai escoando o tempo para se encontrarem soluções, e se sucedem as controvérsias e hesitações, a nível dos partidos políticos, e no interior do próprio Governo britânico, sobre os termos das negociações com a União Europeia.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 28 DE JUNHO DE 2018)